

REPRESENTAÇÕES NÃO-CONSCIENTES EM KANT - VERSÃO INTRODUTÓRIA

(Non-conscious representations in Kant – introductory version)

Valerio Rohden

Universidade Luterana do Brasil

Resumo: uma breve reflexão exegética sobre o grupo de representações acerca das quais Kant não se ocupa senão fugidamente: as representações sem consciência.

Palavras-chave: Kant – representações – representações sem consciência

Abstract: a brief exegetical reflection on the group of representations about what Kant does not concern himself but fugitiously: the non-conscious representations.

Key-words: Kant- representations – non-conscious representations.

Procurarei abordar o tema da presença de atividades não-conscientes na elaboração do conhecimento em Kant a partir da afirmação em sua Reflexão 177: “Todos os atos do entendimento e da razão podem ocorrer na obscuridade.”¹ Para uma filosofia fundada na autoconsciência a frase surpreende.

O título das *Reflexões sobre Antropologia* que despertou minha atenção chama-se: “Das representações que temos sem ser conscientes delas”. Na verdade, se trata do mesmo título do § 5 da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*², segundo cujos critérios, também em relação com os demais parágrafos desta obra, aquelas Reflexões foram agrupadas. Essa classificação de reflexões avulsas de Kant, direcionadas a seus cursos de antropologia ainda que não usadas em classe, foi procedida por Erich Adickes, segundo seu Prefácio de 1913 ao volume XV, tomos 1 e 2, da Edição da Academia de Berlin.³

O título sugere uma distinção entre dois grupos de representações: de representações das quais somos conscientes, e de representações das quais não somos conscientes. Quando Kant, na *Crítica da razão pura*, ao final da primeira seção do livro I da Dialética transcendental, para situar a representação “idéia”, estabeleceu uma escala de denominação de diferentes espécies de representações, ele escreveu que o gênero, no caso, é a “representação em geral”, acrescentando: “Sob ele está a representação com consciência (*perceptio*).⁴ Todas as demais representações que se seguem são especificações dessa representação com consciência. Isso faz supor que sob as representações em geral poderia supor-se um segundo grupo, o das representações sem consciência, acerca das quais Kant não se ocupa senão fugidamente, como quando escreve na sua teoria do esquematismo: “Este esquematismo de nosso entendimento é uma arte oculta nas profundidades da alma humana, cujo verdadeiro manejo dificilmente arrebataremos algum dia à natureza de modo a poder apresentá-lo sem véu.”⁵ Aqui já se vê que o entendimento na produção de esquemas para fenômenos enreda-se em representações que, embora essenciais para a produção do conhecimento, fogem de seu controle.

Outra forma de agrupar as representações é a apresentada no quadro geral das faculdades do ânimo.⁶ Nele constam três grupos de faculdades de representação: primeiro, das faculdades de conhecimento, segundo, do sentimento de prazer e desprazer e, terceiro, da faculdade de apetição. Kant curiosamente diz que o parentesco ou a afinidade entre as faculdades de representação é maior que o que se encontra entre as faculdades de

conhecimento superiores (entendimento, juízo e razão), e que aquelas têm como princípio comum – além do qual não se deve ir – a faculdade do juízo. É, pois, provável que no juízo de gosto, que propicia a passagem entre as faculdades teóricas e práticas, oculte-se um grande número de representações não-conscientes. Esse em verdade é um âmbito que, por chamar-se de âmbito da faculdade de juízo reflexiva, nos surpreende que possa abrigar também representações não-conscientes.

Kant determinou as representações não-conscientes como representações obscuras. Na Reflexão 176, escrita em latim, consta: *Obscurarum perceptionum campus est amplissimus* (o campo das percepções obscuras é amplíssimo). E elenca entre elas todos os conhecimentos, todas as representações que conseguimos recodar e outras que não conseguimos perceber microscópica ou telescopicamente, as representações parciais do entendimento, as representações filosóficas que contribuem formalmente para o conhecimento, mais especificamente as representações morais e as do gosto. No mapa do conhecimento a maior parte das percepções carece de cor ou é fracamente iluminada em suas diferenças.

Mas mais enfaticamente Kant se pronuncia a respeito das representações não-conscientes na Reflexão 177, da qual destaco:

- 1) “A maior parte do entendimento ocorre na obscuridade.”
- 2) “Muito do que um juízo a partir de representações obscuras é vem a ser atribuído à sensação.”
- 3) As representações obscuras encobrem qualitates ocultas, p. ex., a raiva no olhar de um homem.
- 4) “Representações obscuras são significantes de claras.” Clarear essas representações é uma atividade de parteira dos pensamentos.
- 5) “Todos os atos do entendimento e da razão podem ocorrer na obscuridade.”
- 6) “Representações obscuras freqüentemente resistem às claras (medo da morte, abismo da reflexão).”
- 7) “Deleita-nos ceder algo às reflexões obscuras... A beleza é indizível”. E “o que pensamos nem sempre podemos expressar.”

Esta última frase sugere-nos que o pensamento comporta uma significação maior do que a sua expressão, e que há uma obscuridade no pensamento que pode ser fecunda mas não é clara ou distinta. Ela parece, à primeira vista, contrariar a posição de Wittgenstein do *Tractatus*, de que sobre o que não se consegue falar ou que não se consegue dizer claramente se deve calar. Em tese, Kant concordaria em que só o pensamento claro pode ser formulado, mas ele não limita o pensamento à sua expressão lingüística. Sobre o que se deve calar, diria Kant, nem por isso se deixaria de pensá-lo obscuramente.

O que então podemos fazer é recorrer agora ao texto da própria *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e a seus comentários por Reinhard Brandt, no que concerne aos conceitos de representações claras e distintas, para ver se encontramos aí mais luz para melhor compreensão da posição de Kant. Em oposição às representações obscuras, entendidas como não-conscientes, as representações claras dependem de nossa ação, de nossa força de alma, do arbítrio, da atenção (cf. Reflexão 172). A clareza é voltada para a consciência dos objetos, e não para a consciência de si mesmo. Representações claras são todas as representações não-obscuras, que por sua vez são representações não imediatamente conscientes, que contudo podem vir a tornar-se mediamente conscientes, por inferência. Nas representações claras diferenciamos um objeto de outro, mas ainda sem a diferenciação e ligação de suas partes, mediante cuja operação passam a chamar-se representações distintas. As representações distintas são representações claras que se estendem às partes e suas ligações, Por exemplo, nós distinguimos faculdades do ânimo: entendimento e razão, o lógico e o real, o material e o formal. A distinção é fruto da ordenação, da divisão em classes e especialidades e da própria sistematização. A consciência da composição pressupõe unidade, regra e ordem do múltiplo. A distinção é a clareza na composição das representações. Com o que só a representação distinta

transforma uma soma de representações em conhecimento.

Segundo o § 5 do livro da Antropologia, parece contraditório ter representações e não ser consciente delas. Por isso Locke rejeitou esse tipo de representações. Kant, ao invés, contemplou no gênero das representações apenas a espécie consciente, porque só ela parecia interessar à fundamentação do conhecimento. Embora a leitura do § 16 da *Crítica da razão pura* possa apresentar a propósito alguma dificuldade a esse respeito, talvez ela permita sua reinterpretação à luz de uma reflexão sobre as representações não conscientes. Senão de que modo as veríamos como compatíveis com a frase: “O *eu penso* tem de *poder* acompanhar todas as minhas representações, pois do contrário seria representado em mim algo que não pudesse ser pensado, o que equivale a que a representação seria impossível, ou pelo menos para mim não seria nada” (*KrV* § 16, B 131-2)? Depois que tivermos mais adiante apreciado a interpretação que Claudio La Rocca oferece dessa passagem, entenderemos que o acompanhamento da autoconsciência constituir-se-á como uma *possibilidade* estrutural, e que por isso Kant grifou a palavra *pode*. Ou seja, veremos ao nível da reflexão que a autoconsciência poderá acompanhar todas as reflexões, dando-lhes uma unidade judicativa, sem exclusão prévia de representações não-conscientes. Por isso também Kant contesta a negação de Locke, dizendo que “podemos ser *mediatamente* conscientes de ter uma representação, ainda que não sejamos *imediatamente* conscientes dela” (*Anth AA* 135). Porque não podemos ser imediatamente conscientes de representações, elas chamam-se obscuras.

Mas isso não exclui uma ambigüidade adicional no exemplo que Kant dá, de que se sou consciente de ver lá longe no campo um homem, mesmo sem ter a intuição de suas partes – cabeça, olhos, orelhas, nariz, boca etc. – com o posso ter certeza de ver lá um homem, se a representação total está composta de representações parciais? A proposta de Kant é de que não se trata de uma visão imediata, mas só de uma inferência de que aquele objeto visto indistintamente é um homem? De que modo essa inferência pode processar-se fica omitido no texto. Segundo ele, mesmo que as representações do campo das intuições sensíveis e das sensações sejam obscuras, podemos inferir com certeza que as temos (cf. *Anth AA* 135). Do contrário nos moveríamos muito pouco, uma vez que o campo das representações obscuras no ser humano e nos animais é imenso, em contraste com os poucos pontos acessíveis das representações claras: “No mapa der nossa mente... só poucos lugares estão iluminados” (ib.). Se fôssemos capazes de ver em ato o que se oculta em nossa memória, um mundo se abriria ao nosso olhar.

Outro exemplo curioso é de que o nosso olho nu recebe a mesma quantidade de luz que um telescópio. O que nos leva a admitir que todos os objetos iluminados em nosso campo de visão de algum modo atingem nossa retina – mesmo que não sejamos conscientes disso – e que o telescópio não faz senão ampliar as imagens recebidas por nosso olho nu e assim transformar a presença de imagens não conscientes em imagens conscientes.

Felizmente Kant recorre ainda a um exemplo que foge ao olhar e reclama a complementação do ouvido pela reflexão, pelo juízo e pelo entendimento. O exemplo é o da improvisação do músico executando uma fantasia ao órgão. Nessa fantasia não há nenhuma desafinação por qualquer golpe de dedo, de modo que a improvisação livre sai talvez mais primorosa que um trabalho diligentemente produzido. Isso me faz recordar o que Daniel Barenboim escreveu num livro, cujo título já é a propósito significativo: *La musica sveglia il tempo* (a música desperta o tempo),⁷ – ou seja, a música é capaz de elevar à consciência um tempo que afora isso se encontraria adormecido. O que Barenboim, administrador da Ópera de Berlin, nessas páginas do curso em Harvard sustenta é que a inteligência penetra profundamente o ouvido: “*La sensibilità musicale tuttavia è insufficiente, a meno che non sia già unità di pensiero*” (p. 21). Talvez as explicações de Kant e Barenboim bebam da própria fonte da vida, que de um lado inspira o improvisador de uma fantasia e de outro produz a própria unidade de ouvido e entendimento nela. Nas palavras de Barenboim: “*Quindi tenterò l'impossibile e cercherò diretto individuare alcuni collegamenti fra l'inesprimibile contenuto della musica e l'inesprimibile contenuto*

della vita” (p. 11).

De análogas ilustrações ulteriores Kant conclui que “o campo das representações obscuras é o maior no ser humano”: nós jogamos com representações obscuras, ante as quais o entendimento, mesmo percebendo que se trate de representações enganosas, não consegue defender-se, e as quais não desaparecem mesmo que o entendimento as ilumine. O amor sexual é um desses casos em que a imaginação prefere mover-se na obscuridade. De outro lado, a mística apela à obscuridade artificial para atrair os que buscam a sabedoria através dela.

Para fazer contrastar com essas representações obscuras as representações com consciência, Kant no § 6 da *Antropologia* trata da diferença entre idéias claras e distintas. Como vimos, a consciência das representações claras permite diferenciar um objeto de outro (cf. *Anth AA* 137). Ao invés disso, a consciência da clareza sobre a composição das representações chama-se distinção. Só a distinção produz conhecimento, porque nela é propiciada uma síntese de diferentes representações sob o pressuposto de uma unidade e de que “só a distinção faz com que uma soma de representações se torne um *conhecimento*; no qual, visto que toda síntese com consciência pressupõe a unidade da consciência e uma representação para a síntese, pensa-se uma *ordem* na multiplicidade” (*Anth AA* 138). Desde esse ponto de vista, é o entendimento que, como faculdade de conhecer em sentido amplo, reúne a *faculdade de apreensão* das representações dadas, convertendo-as em *intuições*; a *faculdade de abstração* para produzir o comum a diversas representações, o *conceito*; e a *faculdade de reflexão*, para produzir o *conhecimento* do objeto.

A distinção estende-se à diferenciação entre duas faculdades cognoscitivas: primeiro, a do *sensus communis*, que conhece as regras nos casos de aplicação; e, segundo, a da *ciência*, que conhece as regras em si mesmas, antes da aplicação. A primeira chama-se também de *são-entendimento*, e é uma faculdade cognoscitiva prática; a segunda chama-se também de *engenho inteligente* ou *perspicaz*. Mas é o primeiro que é elogiado por Kant como uma mina de tesouros ocultos escondidos na profundidade do ânimo. Há casos em que, para a resolução de uma questão, é mais seguro seguir as regras universais inatas do entendimento, do que buscar princípios encontrados num estudo forçado e artificial do engenho escolástico – fazendo-se assim o resultado depender de fundamentos determinantes do juízo que residem na obscuridade do ânimo (tato lógico). Neste caso, “a reflexão se representa o objeto de vários lados, e produz um resultado correto *sem tornar-se consciente* dos atos que o precedem no interior do ânimo” (*Anth AA* 140). Essa cooperação inconsciente entre ciência e senso comum mereceria um estudo específico.

Nosso passo seguinte será apreciar brevemente os comentários de Reinhard Brandt a esses §§ 5 e 6, em seu *Comentário crítico à Antropologia de Kant*.⁸ De início, ele confessa com Beno Erdmann sua estranheza, de que as representações da razão prática, que detinham uma importância tão grande (“todo mundo sabe, só não está consciente”), não tenham sido aí consideradas. Sabemo-lo nós mesmos, da *Doutrina da virtude*: “Princípio da moral é uma metafísica obscuramente pensada”.⁹

Interessante é a remissão de Brandt ao capítulo I da *Física* de Aristóteles, segundo a qual precisamos partir do geral, do todo, mais conhecido aos sentidos. Depois o entendimento com seus conceitos opera sobre esse universal simples, desmembra-o, torna-o objetivo e distinto. Para Kant, o objeto sensível é só um múltiplo, embora dê exemplos de percepção de uma casa, um homem, um navio, sem que vejamos algumas de suas partes.

Brandt admite que a reflexão, embora reservada para atividades conscientes, comporta obscuridade. O entendimento é maximamente atuante nela, pois as reflexões claras em geral resultam de reflexões obscuras. Mas Kant não levanta a questão de que papel o Eu joga nas representações, atividades e reflexões obscuras.

Mais controversa é a afirmação de Brandt de que Kant não usa o termo *unbewusst* (inconsciente), embora Rudolf Eisler o tenha incluído em seu *Kant-Lexikon* (1930).¹⁰ Enfim, para o comentador, Kant não investiga o inconsciente (cf. *Kommentar* 157). Para Brandt

tampouco a *Antropologia* oferece alguma ponte das representações obscuras da consciência para o *sentiment* de prazer e a faculdade de apetição. Contudo entendendo que outros autores referidos – Leibniz/Locke, para os quais a alma está repleta de representações diminutas, e Herder: a nossa alma é uma força representativa do universo, cujo fundo total é constituído de idéias obscuras (cf. Brandt 149) – oferecem suporte à concepção de Kant, de que o olho humano vê, ainda que obscuramente, o que o telescópio mostra. Mas, pensa Kant, se o homem pudesse ser consciente de todas as representações que ocupam a alma, seria uma espécie de divindade.

Uma investigação acabada do significado das representações não-conscientes na teoria do conhecimento de Kant ainda está por ser feita. Claudio La Rocca, com seu texto *Der dunkle Verstand. Unbewusste Vorstellungen und Selbstbewusstsein bei Kant* (O entendimento obscuro. Representações inconscientes e autoconsciência em Kant), ofereceu uma relevante contribuição para o desenvolvimento da reflexão nessa direção, a partir da pergunta pelas “condições de possibilidade de uma investigação do inconsciente como uma esfera independente e múltipla de eventos e processos mentais”.¹¹ Sua resposta é de que Kant, para além das contribuições de Leibniz e Wolff a uma lógica do inconsciente, opera uma transformação radical da concepção das chamadas representações obscuras: ele, fundamentalmente, faz implodir essa concepção, dando-lhe uma direção nova. Segundo ele, Kant deixa de ver as representações obscuras como um defeito da falta de reflexividade no fundo da alma, que, ao invés, por meio delas realiza plenamente a sua função. Ou seja, Kant tem uma concepção positiva do inconsciente, que envolve uma variedade de operações:

- percepções obscuras sensíveis de pequenas partes de um objeto só compreensível em sua totalidade (Via Láctea);
- sentimentos obscuros, pressentimentos etc., que envolvem atos de reflexão realizados inconscientemente;
- atividade reflexiva inconsciente de diferentes formas;
- representações mais complexas metafísicas ou morais, a serem esclarecidas;
- cursos de representações imaginativas: muitas vezes somos “um jogo de representações obscuras”;
- o entendimento como um lugar de atividades espirituais parcialmente inconscientes.

E é nessa atividade inconsciente que se operam as suas produções mais criativas: “Talvez no mais profundo sono se exerça a máxima perfeição da alma no pensamento racional” (*Refl* 1764). Inferências secretas e obscuras geram conceitos ao ensejo da experiência, contribuindo corretamente para o conhecimento. “Todos os conhecimentos racionais (descobertas) são preparados na obscuridade” (*Refl* 1482, XV/2, p. 665). Isso permite o desenvolvimento de uma teoria segundo a qual a operação inconsciente do entendimento constitui basicamente uma preparação do conhecimento consciente.

Porem o ponto central da contribuição de La Rocca reside na fundamentação de sua tese, de que a teoria das representações inconscientes está presente já na posição transcendental da *Crítica da razão pura*. Aí a imaginação é uma cega operação da alma, sem a qual não há conhecimento. A ligação é uma ação do entendimento, “quer sejamos conscientes ou não dela” (*KrV* B 130). E, ao fundar a ação de julgar na apercepção transcendental, Kant não diz que todo ato de representação *seja* ao mesmo tempo um ato de pensamento autoconsciente, mas que todo conteúdo representacional tem de ser um conteúdo *pensável*. O que importa aqui não é um fato psicológico, e sim uma *possibilidade estrutural*. O que principalmente importa não é que uma consciência acompanhe toda representação, mas da consciência de que eu acrescento uma representação a outra e sou autoconsciente de sua síntese. Ser consciente de uma síntese é diferente do ato de acompanhar com consciência as representações; é, antes que uma consciência psicológica, uma consciência lógica voltada para objetos, uma consciência objetiva. O componente reflexivo concerne à consciência de uma

síntese, ou seja, de como ligo representações, uma consciência de condições e regras fundada em um poder ligar. O pensamento de que as representações me pertencem enquanto as unifico em uma autoconsciência pressupõe a consciência da síntese das representações. Que as representações me pertencem significa que tenho a capacidade de realizar sua síntese ou de compreender o múltiplo numa consciência mediante aquelas regras chamadas categorias. Assim a apercepção transcendental torna-se a estrutura universal de uma peculiar consciência que possibilita ao mesmo tempo a unidade de si mesmo e da formação da experiência.

Sobre a equiparação da consciência empírica a um estado de clareza, que leva a supor que a simples representação Eu ocorra obscuramente, La Rocca apresenta quatro posições, entre as quais destaco apenas a de Tuschling, segundo a qual a subjetividade transcendental constitui a unidade de consciente e inconsciente (cf. La Rocca 453), e explicito a do próprio La Rocca, ou seja, de que a apercepção transcendental é uma *possibilidade* indispensável: o campo do entendimento é o da possibilidade de algo tornar-se consciente. Se admitimos a consciência transcendental como uma possibilidade estrutural, então a idéia de um entendimento obscuro não é nem contraditória nem prejudicial. Mas ela deve pelo menos permitir captar as regras e princípios do exercício de sua faculdade de conhecer: “Autoconsciente em um sentido cognitivo é aquilo que pode prestar contas sobre as razões do seu próprio juízo” (cf. 467). É isto que significa um *bewusstes Erleben* – um vivenciar consciente, aquele que em princípio e quando necessitar pode dar razões. Com isso a autoconsciência transcendental pode ser ao mesmo tempo filosofia e ciência, *a priori* e empírica, porque consiste na estrutura universal de atos concretos. Esta interpretação torna o Eu uma presença leve “que tem de acompanhar toda a nossa vida espiritual”.

Para concluir provisoriamente:¹² a teoria de La Rocca, que demonstra a compatibilidade entre representações inconscientes e autoconscientes, faz ressaltar a presença positiva das representações inconscientes contribuindo substancialmente para a produção do conhecimento e para a criação de soluções de problemas da razão em todos os seus níveis. Conseqüentemente, falta reelaborar com mais ousadia a teoria do conhecimento de Kant desde a perspectiva da complementação mútua de representações obscuras e conscientes.

Em recente reunião de físicos declarou-se que apenas o percentual de 4% da matéria era conhecido até agora. Isto faz supor que os físicos, independentemente das proezas que propiciaram (viagens interplanetárias), têm uma idéia obscura da quase totalidade da matéria, sem plena certeza do que nessas viagens os espera. Se a ciência da natureza, depois de tantos investimentos e sucessos, encontra-se apenas no seu início, vendo seu objeto como um pálido ponto luminoso dentro da noite do conhecimento, que dizer então da filosofia, bem mais antiga e mais difícil que a própria investigação física? Significa dizer, muito mais justificadamente, que a consciência do predomínio de representações inconscientes no exercício da razão a faz despertar para a consciência de que ela se encontrará para sempre em um eterno início; de que o enigma do ser humano no universo não vai ser decifrado por ela; que teremos de conviver obscuramente com ele, mas certamente com a autoconsciência de uma admiração crescente pelo nosso destino.

Notas

¹ KANT, I. *Reflexionen zur Anthropologie. Kant's gesammelte Schriften*. Akademie-Ausgabe = AA. Band XV/1. Berlin und Leipzig: Walter de Gruyter, 1923, p. 65. Tradução em andamento na PUCPR, com apoio da Fundação Araucária.

² KANT, I. *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Akademie Textausgabe. Bd. VII. Berlin: Walter de Gruyter, 1968. (abrev.: *Anth*). *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. S. Paulo: Iluminuras, 2006; *Antropologia em sentido pragmático*. Traducción de Mario Caimi (no prelo)

³ A tradução dessas Reflexões sobre Antropologia encontra-se em andamento na PUCPR, com a participação dos professores Valerio Rohden e Daniel Omar Pérez, e com o apoio da Fundação Araucária.

⁴ KANT, I. *Crítica da razão pura*. TraKANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo B. Moosburger.

São Paulo: Abril Cultural, 1980, B 376 (abrev.: *KrV*).

⁵ *KrV* B 180

⁶ KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, B LVIII (abrev.: *KU*).

⁷ BARENBOIM, D. *La musica sveglia Il tempo*. Milano: Feltrinelli, 3ª. ed. jan. 2008 (1ª. ed. nov, 2007).

⁸ BRANDT, R. *Kritisches Kommentar zu Kants Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (1798)*. Hamburg: Felix Meiner, 1999, pp. 142-174

⁹ KANT, I. *Metaphysik der Sitten / Tugendlehre. Kants Werke*, VI, *AA* 376.

¹⁰ EISLER, R. *Kant-Lexikon*. Hildesheim: Georg Olms, 1964, p.549-550.

¹¹ In: ROHDEN, V.; TERRA, R.; ALMEIDA, G.; RUFFING, M. (Hrsg.). *Recht und Frieden in der Philosophie Kants*. Akten des X. Internationalen Kant Kongresses, v. II. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 457.

¹² Na apresentação deste texto na UFPR, foi-me perguntado em que a concepção das representações claras e distintas de Kant se relacionaria ou diferenciava da equivalente concepção de Descartes. Relendo então as *Meditações metafísicas*, verifiquei que pelo menos nessa obra as diferenças seriam maiores que as semelhanças: Descartes não parece aí preocupado em diferenciar clareza e distinção; funda ambos os conceitos teologicamente; não atribui clareza aos sentidos, que se enganam como se fossem sentimentos de pensamentos confusos.

Referências Bibliográficas

BAREMBOIM, Daniel (2007). *La musica sveglia Il tempo*. Milano: Feltrinelli.

BRANDT, Reinhardt (1999). *Kritisches Kommentar zu Kants Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (1798)*. Hamburg: Felix Meiner.

EISLER, Rudolf (1964). *Kant-Lexikon*. Hildesheim: Georg Olms.

KANT, Immanuel (1923) *Reflexionen zur Anthropologie. Kant's gesammelte Schriften*. Akademie-Ausgabe = *AA*. Band XV/1. Berlin und Leipzig: Walter de Gruyter.

____ (1968). *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Akademie Textausgabe. Bd. VII. Berlin: Walter de Gruyter.

____ (1980). *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural.

____ (1993). *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ROHDEN, Valerio *et alii* (2008). *Recht und Frieden in der Philosophie Kants*. Akten des X. Internationalen Kant Kongresses, v. II. Berlin / New York: Walter de Gruyter.

Recebido em 01/06/2009

Aprovado em 30/06/2009